

A situação política no Brasil

Nota (8 de julho de 2016): A primeira versão deste texto foi publicada em 22 de maio de 2016 com o título “Sobre os últimos acontecimentos no Brasil”. A presente versão introduz apenas algumas formulações mais precisas e revisa o estilo de uma ou outra passagem do texto sem modificar em nada a argumentação e as conclusões do texto original, nem tampouco atualizá-lo com novos acontecimentos ocorridos após aquela data.

Introdução

Os últimos acontecimentos no Brasil, que sucedem a um ritmo cada vez mais intenso, sob a tensão da polarização que se manifesta na superfície do tecido social e político entre os que são a favor do impeachment de Dilma e os que sustentam o governo do PT, são manifestações visíveis tanto da crise econômica que há algum tempo atinge o país como da busca pelas frações da burguesia¹ de uma expressão política mais adequada para representá-la no Estado na situação atual.

Essa mudança de atitude da maioria das frações da burguesia em relação ao atual governo mostra eloquentemente que para ela o governo do PT não é mais um “bom” governo. Mas, do ponto de vista da burguesia, o que seria o “bom” governo numa situação ideal? A resposta viria na ponta da língua: ele seria o órgão capaz de permitir que o conjunto da burguesia governe, de garantir a tranquilidade dos negócios e a ordem social no plano interno, e especialmente de assegurar o apoio do proletariado, de apresentar uma fisionomia forte e segura no plano externo, de garantir a segurança das fronteiras (em resumo, de defender os interesses imperialistas do Brasil), e de favorecer a produção do máximo de mais-valia, inclusive fazendo da luta das classes um fator de racionalização e de desenvolvimento da produção capitalista. Essa situação ideal pressupõe tudo isso em uma fase de expansão da acumulação que torna as relações sociais mais “maleáveis” e fluidas, evitando uma grave erupção de conflitos. No entanto, o melhor governo burguês – “melhor”, evidentemente, do ponto de vista burguês – não pode apagar a luta das classes, nem tampouco as contradições e as disputas de poder que se manifestam na sociedade.

As diversas frações da burguesia concorrem pela produção e repartição da mais-valia produzida, que se decompõe em lucro, juro, renda e impostos. Nessa concorrência, os capitalistas industriais podem se opor aos proprietários fundiários, os industriais aos comerciantes, a burguesia ao Estado; as orientações do desenvolvimento industrial podem opor vários ramos entre eles, como por exemplo entre os lobbies da indústria automotiva do setor de caminhões e os do transporte ferroviário e fluvial. A abertura e a expansão de mercados, os mecanismos de facilitação de instalações de empresas, os recursos de crédito seletivos para determinados setores da economia com fortes lobbies no governo, etc., são medidas políticas que indicam a relação de forças entre as frações burguesas manifestando-se nas suas representações políticas (partidos políticos) no Estado. Naturalmente, está sempre presente o grande antagonismo entre o proletariado e a burguesia que se exprime de maneira mais ou menos aguda segundo as circunstâncias. Para as frações burguesas trata-se da produção do máximo de mais-valia e de sua repartição, para o proletariado trata-se, no plano imediato, da resistência a uma exploração que tende a ser sempre maior².

¹ Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, desenvolvem-se as formas sociais da propriedade (sociedades por ações, holdings, etc.) e as diferenças entre capitalistas e proprietários fundiários tendem a desaparecer de modo mais ou menos intenso de acordo com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas de um país. A classe capitalista e a classe de proprietários fundiários tendem, portanto, a se fundirem, a se interpenetrarem, com alguns comprando terras e imóveis que se tornam objeto de sociedades de propriedade social, enquanto outros se tornam acionistas e capitalistas. Assim, neste texto denominamos de burguesia ou classe burguesa, o conjunto das diversas frações: da indústria, das finanças, do agronegócio, do grande comércio, da mineração, etc. Mais detalhes sobre essa tendência podem ser vistos na nossa publicação *O marxismo em resumo: da crítica do capitalismo à sociedade sem classes*, disponível em português no nosso site www.robingoodfellow.info.

² Vemos também como novos atores no quadro da atividade capitalista procuram influenciar os Estados para promover seus novos “modelos econômicos”. Por exemplo, o Uber, no domínio do transporte urbano, apresenta-se, nos termos da

Assim, o “bom” governo para a burguesia é o que consegue manter, em meio a tudo isso, os equilíbrios e a paz social. Em contrapartida, os interesses do proletariado revolucionário são totalmente inversos. Ele tem todo interesse que o Estado burguês se encontre enfraquecido, que os partidos que representam as diferentes frações da burguesia enfrentem-se e se encontrem em uma situação de grande fraqueza para assegurar a condução dos negócios públicos de um “bom” governo. O proletariado, portanto, não pode ficar indiferente à evolução da representação política do campo burguês e às suas dificuldades, pois elas tendem a favorecê-lo. Por essa razão, eventos como estes que sacodem o Brasil há quase dois anos merecem uma análise circunstanciada do ponto de vista dos interesses do proletariado, o que não quer dizer que ele tenha – no caso particular³ – que prestar seu apoio a um ou a outro campo burguês.

Como já dissemos há 15 anos atrás numa análise do *18 Brumário*⁴, se a luta das classes determina a evolução dos partidos, então o estudo desta evolução constitui um indicador, mesmo que grosseiro, das tendências da luta das classes ou de pelo menos das relações entre elas. Como as classes sociais (incluindo obviamente o proletariado) devem ser representadas na sociedade, seus movimentos podem indicar que abaixo da superfície imediata dos fenômenos políticos existem tendências de mudanças mais profundas nas relações de força entre suas diversas frações, sejam as que se situam no campo burguês ou no campo proletário. Quanto ao proletariado, mesmo que ele ainda não disponha de sua expressão política, de seu partido de classe autônomo e oposto a todos os demais partidos da sociedade, ele continua a existir e a se expressar politicamente, ainda que de forma contraditória e não revolucionária.

No Brasil, especialmente ao longo destes últimos dois anos, diferentes frações da burguesia premidas pelas dificuldades da crise econômica mundial de 2008-2009 tentam chegar a um acordo geral no plano político que suceda ao desalojamento do PT do poder. Nesses últimos tempos, enquanto o Brasil encontra-se numa crise que o PT tentou sufocar, conseguindo adiá-la por alguns anos, a disputa entre as frações da burguesia tornou-se mais acirrada à medida que a concorrência entre elas aumentou devido à queda da taxa de lucro. Este movimento vinha se manifestando aqui e acolá desde meados de 2012 em disputas no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal)⁵.

Não nos interessa aqui rememorar e analisar com detalhes a evolução dos movimentos dessas expressões políticas, tanto as do campo burguês como as do campo proletário, que acabaram desembocando nos acontecimentos atuais no Brasil, nem narrar jornalisticamente no calor da hora os últimos acontecimentos que galvanizam o país e se alteram rapidamente ao sabor das vicissitudes do longo processo de impeachment e de suas consequências políticas. Interessa-nos comentar dois aspectos envolvidos nestes fenômenos:

1. a crise econômica atual;

ideologia burguesa, como uma empresa moderna e liberal, opondo-se a frações da classe capitalista e das classes médias (empresas que empregam motoristas assalariados, artesãos motoristas de taxi) e levando o salariado a um forma de trabalho independente ou de trabalho a domicílio. De origem norte-americana, a empresa cobre um amplíssimo campo internacional, confrontando-se desse modo às legislações próprias de cada um dos Estados onde ela procura implantar-se.

³ Mas como disse Engels em 1889 numa carta a Gerson Trier:

“Isso não significa, entretanto, (...) que ele (o partido do proletariado – NDR) não possa temporariamente apoiar outros partidos para implantar medidas que tenham ou uma vantagem imediata para o proletariado, ou sejam um progresso na direção do desenvolvimento econômico ou da liberdade política. Eu apoiaria (note-se que Engels escreve no condicional – NDR) qualquer um na Alemanha que lute verdadeiramente para a abolição da primogenitura e outras reminiscências feudais, da burocracia, dos direitos aduaneiros, das leis antissocialistas e restrições no direito de reunião e de associação.”

⁴ Cf. *Notas sobre o Bonapartismo – A respeito do 18 Brumário de Louis-Napoléon Bonaparte*, de junho de 2011 (em francês), disponível no nosso site.

⁵ Não distinguiremos neste texto os pesos das representações políticas e dos lobbies das frações da burguesia no Congresso Nacional como indicador grosseiro da luta das classes, embora seja notório que na Câmara dos Deputados predominam de longe os mais mesquinhos interesses pessoais e de currais municipais no espúrio sistema de coligações partidárias existente, fazendo com que a grande massa dos deputados de pouquíssima ou nenhuma expressão deem suporte aos seus líderes que tendem a expressar politicamente os interesses daquelas frações. Já no Senado Federal, o movimento dos partidos políticos tende a indicar de modo menos grosseiro os interesses das diferentes frações burguesas.

2. a possibilidade de as frações da classe burguesa formarem um governo capaz de assegurar por algum tempo a “paz política e social” para a livre exploração da classe proletária, capaz de sufocar por algum tempo as reivindicações econômicas e sociais do proletariado fortemente afetado pela crise econômica.

O principal desafio colocado para tal governo é o de contar com o apoio de parte significativa do proletariado, pois como já disse Engels, a burguesia aprendeu que “nunca pode obter o pleno domínio social e político da nação a não ser com a ajuda da classe operária.”⁶

Movimentos da base econômica

Mesmo com o risco de sermos redundantes, recordemos que a crise econômica atual no Brasil, que desencadeou a presente deterioração da situação política, não se originou simplesmente de uma “desastrosa política econômica” do primeiro governo Dilma como vociferam os economistas monetaristas que pregam a austeridade fiscal e grande parte da mídia burguesa; muito menos ainda das medidas “neoliberais” no início do segundo governo Dilma, como vociferam os sindicatos pelegos de todos os naipes - à esquerda e à direita -, os “movimentos sociais” em grande parte sustentados com recursos financeiros governamentais e, sobretudo, o próprio PT; nem, pior ainda, como querem alguns outros, que ela resultou da atual situação política que “paralisa o país” desde o início do segundo mandato de Dilma. Decerto que as ilusões sobre a eficácia no médio prazo das políticas anticíclicas do primeiro governo Dilma para represar os efeitos da crise de superprodução de 2008-2009 e a atual crise política agudizaram em muito a crise econômica. Mas isso não significa que a crise atual tenha sido constante, permanente, desde o primeiro governo Dilma, mas sim que os germes desta crise devem ser procurados na forte instabilidade da atividade econômica do país, nas tentativas de abafar as ondas de choque da crise mundial de 2008-2009 que afetaram de modo desigual as diferentes frações da burguesia durante o segundo governo Lula (2007-2011). Em outras palavras, a crise atual no Brasil não é uma crise de superprodução ou aquela que anuncia a crise mundial, mas é uma consequência tardia da crise de superprodução de 2008-2009.

Para uma ilustração bem grosseira disso, não precisamos ir fundo na análise, bastando observar a evolução de alguns indicadores gerais das estatísticas oficiais, como o PIB, o desemprego e a inflação, em um período mais longo, por exemplo, desde 1995 após a implantação do Plano Real, cujo sucesso permitiu a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), para o seu primeiro mandato. Como complemento, podemos também incluir a evolução da taxa de juros do Banco Central a partir de 1998⁷. Cabe esclarecer que estamos aqui interessados somente nas grandes tendências, sem nos preocupar com os detalhes da evolução desigual da atual crise econômica nos diversos setores da economia (vários setores demoraram a sofrer suas consequências), ou mesmo com a precisão dos dados das estatísticas burguesas que não apenas são aproximações grosseiras e frequentemente manipuladas, mas porque não contêm dados que permitam sua utilização coerente com a teoria marxista.

Como mostramos no nosso texto *Sobre a mais-valia relativa* de 2014⁸, a evolução da base econômica do Brasil no período de 40 anos lá analisado (1982-2012) apresenta tendências indicando claramente que, devido ao considerável desenvolvimento do modo de produção capitalista por todo o território nacional, este país conseguiu subir degraus na escada das nações que competem no mercado mundial, no qual as relações de dominação não são estáticas como quer grande parte da esquerda brasileira, mas dinâmicas. Por exemplo, examinando o período que vai de 1995 ao final do segundo mandato de Lula (2010) e em termos das grandes tendências no nível nacional, houve uma diminuição da jornada média de trabalho

⁶ Cf. Engels, *A Inglaterra em 1845 e em 1885*, escrito em 1885. Publicado no *Die Neue Zeit* e incorporado nos prefácios à edição americana (1887) e à segunda edição (1892) inglesa e alemã da obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.

⁷ Para compatibilizar com os demais dados que são anuais, a série começa em 1998, pois a partir de janeiro deste ano as taxas de juros passaram a ser fixadas na expressão anual.

⁸ Disponível em português no nosso site e blog.

anual (maior concentração da parcela da população ocupada trabalhando em média abaixo de 44 horas semanais, com predomínio da faixa em torno de 40 horas), um aumento significativo do salário real médio anual da população ocupada e um crescimento – embora de modo nada vistoso - do valor aparente por ativo⁹ (cerca de 1% na média anual). Mas, a partir de 2014 essa tendência nitidamente perde seu dinamismo.

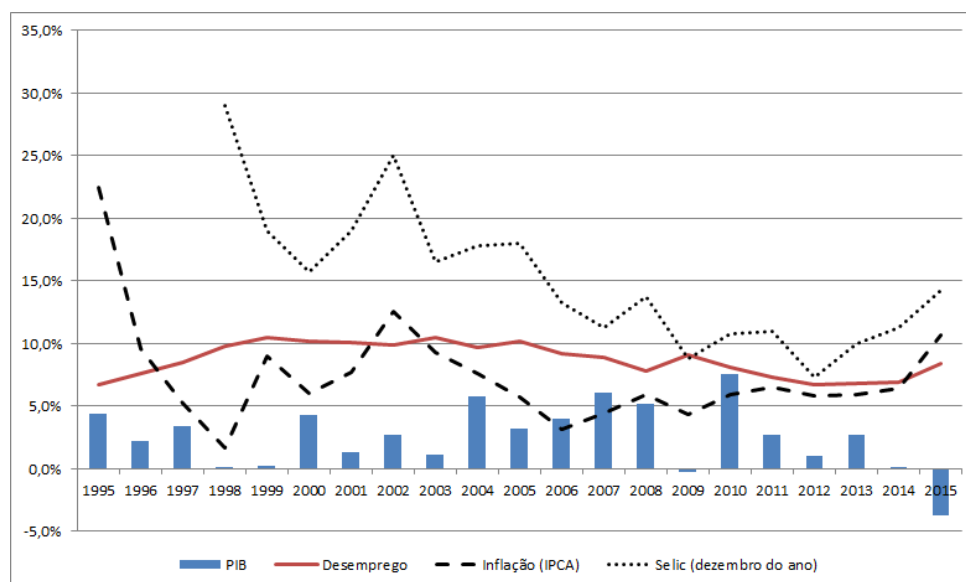


Fig. 1 Variação do PIB, desemprego, taxa de inflação e taxa de juros: 1995-2015.

Nesse quadro geral, como pode ser observado na Figura 1, o PIB do Brasil cresceu, em média, 5,2% em 2008, enquanto as economias mais desenvolvidas já tinham adentrado na pior crise de superprodução desde a segunda guerra mundial. Os efeitos dessa crise não tardaram a abater os BRICS e demais países, fazendo com que o PIB brasileiro tivesse um crescimento médio negativo de -0,3% em 2009. Mas ao contrário dos países desenvolvidos, a recuperação no Brasil foi rápida e acelerada, decorrente principalmente de três fatores: a também rápida e acelerada retomada da continuidade do *boom* das economias dos BRICS (garantindo e aumentando as exportações especialmente de *commodities*), o fim (oficial) da crise mundial a partir da metade de 2009 (apesar de, por exemplo, a zona do Euro continuar com um desempenho instável e pífio, assim como o Japão) e a aplicação de uma política econômica anticíclica durante 2008-2009¹⁰. Os efeitos vieram rapidamente: um abrupto crescimento de 7,5% do PIB em 2010.

⁹ Este valor – cujo cálculo é um pouco complexo - indica a intensidade aparente do trabalho nacional no mercado mundial. Quanto maior este valor, maior o potencial da nação de subir na escala das nações que competem no mercado mundial. Para um melhor entendimento deste conceito, o leitor poderá consultar nosso texto *Sobre a mais-valia relativa*.

¹⁰ A economia brasileira, assim como a chinesa, retomou rapidamente uma trajetória de crescimento acelerado em meados de 2009 após um curto período de aproximadamente 3 trimestres em crise. Isto fez com que o ministro da fazenda Guido Mantega – que como todos os economistas burgueses e os “marxistas de cátedra” classificaram a crise de 2008-2009 como “crise financeira internacional” e não como uma nova crise de superprodução – declarasse com “provas à mão” que a crise demonstrou a “solidez do país”. Para ele, a crise mostrara a capacidade do governo de aplicar com sucesso uma política anticíclica em 2008-2009 com desonerações fiscais, política monetária expansionista e uma política fiscal “proativa, mas responsável”. Houve desonerações fiscais seletivas para determinados setores da economia, como a redução do IPI de veículos, da linha branca (geladeira, fogão...) e de bens de capital, assim como a desoneração de impostos sobre o trigo, farinha e pão (esta política seletiva acirrou a concorrência entre frações da burguesia). A política monetária expansionista priorizou a sustentação do crescimento do crédito com os bancos públicos após o ponto mais baixo da crise: crescimento de 25% nas operações de crédito, totalizando quase 40% do saldo total de créditos do sistema financeiro nacional. Finalmente, a “política fiscal proativa” implantou especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida e o Plano Safra 2009/2010, mantendo a expansão dos programas sociais existentes (bolsa família, reajuste do salário mínimo acima da inflação...). Cf. Mantega, G. *Perspectivas da Economia Brasileira – Superando a Crise*, de agosto de 2009. A cereja do bolo apresentado às “brasileiras e

No entanto, esse ritmo de crescimento não se sustentou nos dois anos seguintes: 2,7% em 2011 e 1% em 2012. Sem entrar nos detalhes dessa queda, basta apenas mencionar alguns de seus fenômenos em termos da política econômica governamental: o extraordinário crescimento de 2010 levou à retirada das desonerações fiscais da política anticíclica, ao aumento da taxa básica de juros para o controle da inflação que retomava a trajetória de alta em virtude do aumento da demanda (crescimento do nível de renda da população ocupada que crescia em alta taxa e farta distribuição de crédito ao consumidor), a manutenção da valorização do Real (mesmo com a taxa de câmbio desfavorável, as *commodities* brasileiras continuavam se beneficiando de seus preços internacionais muito favoráveis). Somadas a essas medidas corretivas internas que visavam, segundo o governo, a trazer a taxa de crescimento do PIB para um patamar menos elevado do que o de 2010 para se tornar “sustentável”, houve uma reversão negativa na atividade econômica dos demais países dos BRICS colocando nuvens escuras nas transações brasileiras no comércio exterior, embora os Estados Unidos, a Alemanha, a Inglaterra, por exemplo, já estivessem neste momento em vias de relançar sua acumulação de capital, embora de modo ainda modesto.

Em vista dessa nova situação, o governo repete parte das medidas anticíclicas anteriores com a “Nova Matriz Econômica” (2012-2014), mas agora afrouxando o “compromisso fiscal” anterior (horror, ó, o horror!). À exceção das grandes empresas beneficiadas por desonerações fiscais seletivas (veículos, linha branca...) – os mesmos capitalistas que hoje bradam cinicamente que a crise econômica foi causada pelo abandono do “compromisso fiscal” que os beneficiou –, boa parte dos capitalistas não embarcou na “nova política econômica” do governo em vista dos vai-e-vens de uma política econômica considerada “injusta” e não investiram na produção, na sua modernização, como imaginava o governo.¹¹

De todo modo, a nova política econômica produziu um efeito imediato que se fez sentir em 2013, com um aumento no crescimento do PIB de 2,7%, que não se sustentou, tombando brutalmente em 2014 (0,1%) e mergulhando na direção do abismo em 2015 (-3,8%). Consequências: drástica diminuição da arrecadação fiscal do Estado (queda brutal à taxa anualizada de 7,2% no primeiro trimestre deste ano de 2016), aumento constante da taxa básica de juros para tentar conter o aumento da inflação (corrosão dos ganhos reais com salários) e aumento acelerado da dívida pública. Embora a taxa de ocupação da população ativa tenha se mantido praticamente constante até 2013, houve aceleração do desemprego na população ativa jovem desde 2011 (entre 2010 e 2015, a média da taxa de jovens desempregados foi de 15%). A partir de 2013 verifica-se uma reversão da tendência do desemprego na população ativa em geral: a uma tendência continuamente decrescente desde 2005, o desemprego geral estabiliza-se entre 2012-2014 entre 6,6% e 6,8%, mas dispara a partir de 2015: 8,4% na média anual, com 9,0% em dezembro, 9,5% em janeiro de 2016 e 10,9% no primeiro trimestre de deste ano (2016) – cerca de 11,1 milhões de pessoas!¹²

brasileiros”, foi dada pela respeitável revista da economia política burguesa, o *The Economist*, que dedicou 14 páginas especiais de sua edição de 14/11/2009 ao “fenômeno brasileiro”, estampando admiravelmente a exclamação “Brazil takes off” (“A decolagem do Brasil”) na sua emblemática capa que mostra o Cristo Redentor decolando como um foguete do alto do Corcovado.

¹¹ Aqui é bom lembrar o B-A-BA que contradiz o voluntarismo das políticas macroeconômicas: a introdução de novas técnicas assentadas numa composição orgânica do capital mais elevada pode ocorrer enquanto não aumentarem o custo de produção. Há casos em que o aumento da composição orgânica reduz o tempo de trabalho sem reduzir o custo de produção. Nesses casos, os capitalistas não introduzirão aquelas técnicas. A introdução dessas novas técnicas, que permitem fazer economia no capital adiantado como salário ao diminuir o número de operários necessários para a produção (aumento da composição orgânica do capital e da produtividade do trabalho), pode diminuir os custos de produção *desde que* o acréscimo no valor despendido para a introdução destas técnicas seja inferior à economia feita nos salários. No Brasil, mesmo a já mencionada tendência de aumento real do valor da massa salarial até à época ainda não produzia em escala suficiente esta economia, exceto nas grandes empresas de alguns setores da economia cujos salários eram bem mais elevados do que a média nacional, por exemplo, como os da cadeia produtiva de veículos.

¹² A PEA (população economicamente ativa) que vinha em queda até o início de 2014 (saída de jovens do mercado de trabalho para estudar ou para não trabalhar nem estudar – os “nem-nens”), reverteu esta tendência, ao mesmo tempo em que a PNEA (população não economicamente ativa – estudantes, aposentados...) está em queda. A razão é tanto o desemprego como a perda do poder de compra das famílias: mais membros da família buscam emprego para complementar a renda, que

Em suma, as pesadas contas fiscais das políticas econômicas do segundo governo Lula para estancar as “marolinhas” (sic) da crise de 2008-2009 apresentaram-se para serem pagas no governo Dilma. No entanto, as políticas anticíclicas do primeiro governo Dilma e as medidas “neoliberais” que o monetarista Joaquim Levy conseguiu implantar no seu segundo governo diante de um congresso abertamente hostil não foram suficientes para estancar aquelas “marolinhas”, pior, contribuíram para a amplificação delas que se transmutaram em um tsunami. Como se pode ver, os fundamentos da crise econômica atual têm sua origem bem antes de 2014. Ela não foi provocada por uma crise permanente desde o início do governo Dilma, pois houve períodos de alívio relativo e de contração, diante de diferentes tentativas de estancar os efeitos da crise mundial de 2008-2009. Mais do que anunciar a próxima crise mundial de superprodução, a crise brasileira atual atesta a derrota da política anticíclica precipitada estabelecida pelo último governo Lula.

Nesse quadro, as relações de força entre as frações da burguesia - afetadas de modo desigual por essa trajetória instável - e o governo foram alteradas com maior intensidade no governo Dilma: com a diminuição do crescimento médio do PIB no seu primeiro mandato com relação ao verificado na era Lula (1,6% ao ano contra 4,1% ao ano), o conflito sobre a política econômica e fiscal a ser seguida foi aguçado contra o Estado e “predatório” (sic) com as desonerações fiscais seletivas, que deixaram de fora um grande contingente de frações da burguesia¹³. Sobre esse terreno econômico moveram-se as expressões políticas das frações da burguesia e do proletariado. Inegavelmente, a crise política em que o país mergulhou desde o início de 2015, pela quase paralisia do governo como consequência de sua incompetência administrativa e política, agravou agudamente a crise econômica, mas não foi sua causa. Hoje, ambas as crises estão totalmente imbricadas.

Movimentos das principais expressões políticas na gestão do Estado

“O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Manifesto do Partido Comunista). Ponto. O modo de gestão varia conforme as circunstâncias da luta das classes. Enquanto ainda não se esgotarem todas as expressões políticas burguesas e o autêntico partido do proletariado ainda não se tornar a única e verdadeira oposição anunciando a revolução proletária, a burguesia não se constitui numa única “massa reacionária” diante dele¹⁴. Enquanto isso não acontece, há diferenças de avaliação dos fenômenos econômicos e sociais por parte das frações da burguesia e do aparelho de Estado. Algumas delas desejam agir brutalmente para romper com o governo anterior e suas políticas sociais e econômicas (revogando, por exemplo, todo o aparato de proteção social em nome de um “Estado enxuto”), enquanto outras pretendem gerir os interesses burgueses comuns com mais cautela ou mesmo titubeiam por se encontrarem aprisionadas em conflitos internos provocados por uma ideologia reformista com ecos social-democratas. Nessas condições, nem todos os grandes partidos burgueses são idênticos, não sendo portanto indiferente avaliar suas tentativas para

caiu 3,2 % quando se compara o primeiro trimestre deste ano com o mesmo período de 2015. A população desocupada cresceu 22% em relação ao último trimestre de 2015 e, comparando-a ao primeiro trimestre de 2015, a alta foi bem maior, de 39,8%.

¹³ Um ponto a destacar é o desempenho positivo da agropecuária, que mesmo em 2015 apresentou um crescimento médio anual de 1,8% em relação a 2014, enquanto, por exemplo, a indústria teve queda de 6,2% e o setor de serviços recuou 2,7%. Ao longo desses anos de volatilidade e finalmente de mergulho de cabeça na crise econômica, a agropecuária seguiu aumentando sua composição orgânica, massa de lucro e renda fundiária.

¹⁴ Marx e Engels criticaram a tese de Lassalle de que as diferentes classes formam uma única “massa reacionária”, salvo nos últimos momentos do enfrentamento revolucionário – e mesmo neste caso deve-se evitar de fazer disto um fato absoluto -, quando a emergência do autêntico partido do proletariado, distinto e oposto a todos os demais partidos da sociedade, suscita diante dele a unificação de todas as frações das classes dominantes.

“Os Ingleses dos dois partidos oficiais (sublinhado por nós) que estenderam enormemente o direito de sufrágio e quintuplicaram o número de eleitores, que deram igualdade às circunscrições eleitorais, estabeleceram a obrigatoriedade escolar e uma melhor instrução, que, em cada sessão votam ainda não apenas reformas burguesas, mas também novas concessões aos trabalhadores – caminham a passos lentos e indolentes, mas ninguém pode qualificá-los simplesmente de *única massa reacionária*.”(Engels à Kautsky, 14/10/1891)

formar um “bom” governo burguês, movimentos estes que podem fortalecê-lo ou enfraquecê-lo. No campo dos partidos burgueses, interessa-nos aqui lembrar alguns traços distintivos dos dois principais partidos brasileiros: o PMDB e o PSDB.¹⁵

O PMDB

Um fato notável resultante da trajetória instável da base econômica que desembocou na atual crise política foi a emergência com nitidez e à vista de todos da expressão política burguesa mais poderosa: o PMDB, o partido que detém há algum tempo a maior representação política quando se somam as representações nas casas legislativas (federal, estaduais e municipais), além das prefeituras locais. Por que este partido não detém o poder executivo? Por que ele não apresentou um candidato nas eleições presidenciais desde 1994?

Brevemente, recordemos que esse partido originou-se do antigo partido de oposição (MDB) consentido pela ditadura militar depois do golpe de Estado de 1964¹⁶, estando à frente dos primeiros grandes movimentos legais pela democracia na fase de declínio do governo militar. Como PMDB (a partir de 1979), ele catalisou a vaga de reivindicações democráticas mantendo-a habilmente sob o controle político em um compromisso de “unificação nacional” com todas as forças políticas legalistas – à direita e à esquerda – que estavam de acordo com uma “transição democrática” gradual. Este movimento desembocou na Constituição de 1988 sob o fogo cerrado do jovem PT (fundado em 1980 e com registro legal desde 1982), então portador de uma ideologia esquerdista. O PMDB abrigava um amálgama de correntes políticas que, uma vez passada a pressão da vaga das reivindicações democráticas, fez emergir à luz do dia os diferentes interesses das frações burguesas e pequeno burguesas tradicionais nele representadas, assim como o espectro ideológico das classes médias assalariadas¹⁷ que cresciam em número com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no país. O resultado dessa luta interna foi a predominância crescente do fisiologismo político que acabou sufocando as correntes ideológicas que conferiam anteriormente o prestígio político do partido, em especial a que carregava a ideologia social-democrata como expressão de um capitalismo mais moderno e clamava por uma modernização do Estado brasileiro. Este movimento acabou provocando, ao longo do tempo, o abandono do PMDB de figuras políticas mais ou menos importantes que fundaram outros partidos ou se filiaram a outros partidos existentes ou em formação, tanto à direita como à esquerda. Para instaurar a república democrática, o PMDB havia reagrupado boa parte da burguesia e da pequena burguesia antiga

¹⁵ Evidentemente, todas as frações da burguesia, das classes médias, dos grupos corporativos religiosos, etc., têm expressões políticas e ideológicas na pletera de partidos brasileiros existentes que têm representação parlamentar com maior ou menor importância na esfera do poder. Ao lado, por exemplo, de outros partidos de porte significativo como o PP, PSD, DEM, PSB, etc., há um grande número de partidos “nânicos” que não são mais do que simples expressões de balcões de negócio pessoais de segunda classe para barganhar a céu aberto apoios às manobras parlamentares ora a favor do governo, ora contra, dependendo do montante e dos privilégios envolvidos. Atualmente, são 25 partidos com representação parlamentar, dentre os quais um tal Partido da Mulher Brasileira, com registro definitivo obtido em setembro de 2015 e que, depois de um crescimento meteórico, rapidamente tornou-se a menor legenda da Câmara de Deputados com apenas 1 deputado ... homem! Não nos interessa aqui comentar essas formas de representação e seus interesses particulares, assim como o complexo jogo de poder da federação que vincula os governos locais (municipais e estaduais) e os cofres do tesouro central, nem tampouco o atual putrefato sistema partidário de coligações que coloca no horizonte há muito tempo a bandeira de uma reforma política ideal propondo um sistema partidário que represente de fato correntes ideológicas e mitigue “a corrupção endêmica”, com potencial de atrair as classes médias modernas e mesmo iludir boa parte do proletariado.

¹⁶ Para manter a aparência de legitimidade, o governo militar obrigou os partidos existentes antes do golpe de Estado a se agruparem em dois partidos oficiais nas casas legislativas, sob procedimentos políticos definidos e monitorados: o bloco de apoio – a ARENA – e o de oposição – o MDB.

¹⁷ Fora do campesinato, do setor artesanal e do pequeno comércio tradicional, que representam a pequena burguesia clássica, as classes médias tradicionais, desenvolveu-se uma classe média moderna assalariada. O salariado distingue-a das classes médias tradicionais. Sua função econômica é a de encarnar a “paixão pelo consumo”, uma vez que a classe capitalista, apesar do aprofundamento de suas tendências para o consumo, não pode assegurar por si só esta função que contradiz sua função social – a “paixão pela acumulação”. Além disso, ela desempenha um papel social e político ao servir de sustentáculo para as classes dominantes. Portanto, para a teoria marxista, a natureza das classes médias não é definida pelo critério sociológico burguês do nível de renda. Mais detalhes podem ser vistos em nossa publicação *O marxismo em resumo* já citado.

e moderna. Uma vez instituída, os diversos componentes aproveitaram esse novo terreno para constituir novos partidos, a fim de poder existir politicamente pela formação de partidos de dimensões locais ao serviço de ambições pessoais. O mais importante deles para o que nos interessa aqui foi o PSDB.

O PMDB herdou a presidência da República no final da ditadura militar, governando o país de 1985 a 1990 (governo de José Sarney). Desde essa época ele se mantém como a principal força eleitoral tradicional no país, representando um amplo espectro político e ideológico que vai desde as frações conservadoras e clientelistas da burguesia – de longe a sua porção mais importante - a frações modernas da burguesia agrária e da mineração. Após sua acachapante derrota na eleição presidencial de 1994, esse partido, levando em conta sua força eleitoral real, decidiu que sua estratégia política seria a de se abster temporariamente na disputa das eleições presidenciais para assegurar a continuidade da representação política dessas frações no poder, qualquer que fosse a cor política e ideológica do partido que ocupasse a cadeira presidencial. Na realidade dos fatos, ele se representou desde então como o “guardião da governabilidade”, da paz social, como o principal representante dos interesses práticos da burguesia tradicional e clientelista, como o gerente geral do grande balcão dos negócios – públicos e privados -, deixando as disputas ideológicas e políticas pela cadeira presidencial para os outros partidos. Afinal, todos acabavam sendo obrigados a negociar com ele para poderem governar. Por outro lado, a manutenção do domínio da base conservadora e clientelista do partido impediu-o de levar mais adiante, por si próprio, as exigências do desenvolvimento das relações de produção capitalistas no Brasil, como, por exemplo, a implantação de medidas da democracia social e a modernização do Estado. A necessidade de uma representação política que pudesse assumir esse desenvolvimento constitui a base material do surgimento do PSDB.

A vitória de um homem do PMDB significaria a vitória de um Estado ou de um ramo da economia, desestabilizando deste modo o compromisso entre os componentes do PMDB. Neste Estado federal que é o Brasil, o PMDB é uma coligação de burguesias locais conservadoras e de seus ramos mais modernos que, embora inseridos no mercado mundial, têm igualmente dimensões parasitárias devido a uma presença importante da renda fundiária em seus rendimentos (agricultura, minas).

O PSDB

O PSDB – que tem a social-democracia grafada no seu nome –, nasceu das entranhas do PMDB paulista em 1988, ao meio de desavenças durante a Assembleia Nacional Constituinte, para representar as aspirações políticas e ideológicas da fração mais moderna da burguesia, mesmo ela estando parcialmente em evolução. Ele almejava ser um partido de centro-esquerda mais programático e menos clientelista, inspirado em correntes políticas social-democratas que chegaram ao poder na Espanha e em Portugal em meados dos anos 1980. O partido tinha na sua linha de frente diversas figuras de proa do moderno pensamento burguês brasileiro (como FHC e outros, oriundos do “PMDB histórico” das reivindicações democráticas), apresentando pífio desempenho eleitoral em seus primeiros anos. A síntese de sua motivação política e ideológica para a gestão dos interesses da burguesia pode ser encontrada no famoso mote de 1989 lançado em São Paulo: “o Brasil precisa de um choque de capitalismo”, visto como o resultado da combinação de reformas liberais com reformas social-democratas “possíveis” (sic) na área social.

Enquanto o PMDB encarnava a maioria da burguesia atual, o PSDB representava a minoria mais moderna. Um era a aglomeração de burguesias locais, clientelistas, com os olhos frequentemente voltados para o passado, o outro portava a burguesia nacional do futuro. Para governar a nação é preciso que o partido nacional esteja no alto do poder, mas ele não consegue nada sem o apoio da grande massa da burguesia, mesmo estando acima dela e de suas lutas mesquinhas por seus curras eleitorais, seus territórios, sua clientela e sua corrupção. A burguesia governava, certamente, mas para tornar-se uma burguesia nacional, para não romper o equilíbrio precário entre suas frações, era preciso outro partido acima dela para lhe trazer uma visão de futuro e um suplemento de alma. Que esse partido se encarnasse

na social-democracia, a qual estava nas linhas de frente para estrangular o proletariado revolucionário durante o primeiro conflito mundial e seus seguimentos revolucionários, isto também mostrava que sua linha de horizonte era particularmente baixa. Não apenas os dois tipos de burguesia não podiam coabitar no mesmo partido, mas para passar de um para o outro era preciso um “choque de capitalismo”.

Após o sucesso da implantação do Plano Real por FHC quando ele foi ministro da fazenda, o partido acabou vencendo a eleição presidencial de 1994. Isso permitiu que o partido ampliasse sua participação nas casas legislativas, mas não que ditasse o ritmo da gestão dos interesses comuns da burguesia nacional, compostas majoritariamente e tradicionalmente de um lado por frações clientelistas e, de outro lado, minoritariamente tingidas por uma ideologia nacional-desenvolvimentista de longa tradição na sociedade brasileira. Em suma, o avanço das relações de produção capitalistas no Brasil colocava, de um lado, a necessidade das reformas liberais que o PSDB pretendia tornar-se portador e, do outro, a ideologia social-democrata que esperava arregimentar o apoio de parte significativa do proletariado e das camadas da população que seriam duramente afetados por estas reformas com a implantação de algumas reformas sociais.¹⁸ Esses traços genealógicos do PSDB – mesmo que hoje estejam cada vez mais miscigenados pelo oportunismo de quadros medíocres gerados no interior de um partido dividido por interesses personalistas – distinguem-no do PMDB. Para a ala democrática liberal de hoje, sua esperança é que o PSDB seja capaz de “civilizar a direita brasileira”, PMDB à frente, mesmo que durante a oposição ao governo do PT o PSDB tenha abandonado seus traços social-democratas compondo-se frequentemente com o espectro partidário da direita.

Desse modo, o PSDB, que esteve nas finais de todas as eleições presidenciais desde 1994, aparenta ter mais força política e social no plano nacional do que tem na realidade, pois o poder político mais importante atrás do trono presidencial está com o PMDB há bastante tempo. A polarização PSDB versus PT é, portanto, bastante cômoda para o PMDB, que fica habilmente fora das querelas entre “coxinhas” e “petralhas”, pretendendo-se colocar como representante político dos “interesses nacionais”. Em outras palavras, as frações importantes da burguesia nacional tradicional representadas no PMDB (e em seus partidos aliados mais importantes) estão sempre nos bastidores do poder e esta continuidade permite-lhes controlar as tendências da relação de forças entre governo e oposição, ora limitando as reivindicações de interesses da oposição, ora limitando os interesses do governo no caso de ferirem os interesses representados pelo PMDB. Para manter a “governabilidade”, esse partido exige, portanto, compensações: manutenção ou aumento de seus privilégios no Estado, desonerações fiscais seletivas para os setores da economia com lobbies ligados ao partido e seus aliados, formulações de leis para a proteção de interesses específicos dos negócios, limitação de leis de proteção social, encaminhamento de leis contra direitos dos trabalhadores (como, por exemplo, a da “terceirização” ampla e irrestrita), etc. Em suma, a possibilidade de uma desestabilização do equilíbrio instável do amálgama de expressões políticas das frações burguesas no PMDB torna mais difícil seu posicionamento como “guardião da governabilidade” capaz de dar suporte decisivo para um “bom” governo burguês. Em contrapartida, essas dificuldades do PMDB podem implicar um enfraquecimento do poder político no governo.

Oito anos de governo do PSDB mostraram que este partido não foi capaz de superar os limites da base conservadora do PMDB e de seus partidos aliados para melhor pavimentar o curso do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil. No governo, o partido manteve algumas linhas de seu programa -

¹⁸ É bom lembrar que o governo de FHC, ao lado de duríssimas medidas que atacaram diretamente os trabalhadores em geral, como, por exemplo, a reforma da previdência que implantou o fator previdenciário dentre outros, criou vários programas na área social, como o Fundef (Fundo de Valorização da Educação Fundamental e do Magistério), a ampliação do programa Saúde da Família, a implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como a criação de programas de transferência condicionada de renda, precursores do atual Bolsa Família que consagrou Lula e o PT. Não interessa discutir a precariedade desses programas diante dos enormes problemas sociais do país – o modo de produção capitalista, não importa se em países menos desenvolvidos ou mais desenvolvidos, não é capaz de assegurar o bem estar social dos assalariados em geral -, mas apenas registrar o viés reformista burguês do PSDB.

como, por exemplo, a implantação de políticas liberais opostas à visão mais “estatizante” da Constituição de 1988 - no interior da coalizão com o PMDB, o PFL e demais partidos coligados que lhe davam apoio majoritário nas casas legislativas. No entanto, no segundo mandato de FHC o partido foi perdendo terreno político no interior da coalizão governamental, dentre outros motivos por conta da implantação de um programa de “responsabilidade fiscal” que implicou a negociação de várias emendas constitucionais e, portanto, a concessão de contrapartidas importantes na distribuição do poder do Estado com a base política conservadora. Este último período de governo, que viu o crescimento médio anual do PIB ficar próximo de zero (1998-1999) e uma forte queda no PIB que seguiu à crise mundial de 2001, reduziu significativamente a força política do partido para implantar outras medidas de seu programa social-democrata. Assim, as duas expressões políticas mais importantes da burguesia nacional – PMDB e PSDB - não foram capazes de realizar as tarefas requeridas para o desenvolvimento de uma democracia social no país. Desde então, uma nova força política foi incumbida para realizar essas tarefas. A burguesia mostrava seus limites e sua incapacidade, cabendo ao proletariado mobilizado como ala esquerda da democracia encarregar-se dessas tarefas. Este foi o papel do PT, como partido operário burguês, a partir da eleição de seu candidato Lula em 2002.

O PT

Para as finalidades deste texto, basta recordar inicialmente um ou outro elemento da trajetória deste partido até a estrondosa vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. No 5º Encontro do partido em 1987, foram definidas as bases para a primeira campanha presidencial de Lula (1989), cujas resoluções políticas foram as mais à esquerda na expressão institucional do partido. Essas resoluções constituíam o núcleo central do “Programa Democrático Popular” (PDP). O PDP dizia que o partido deveria lutar por uma “alternativa democrática e popular”, entendida como uma política de “acumulação de forças” (eleitorais, sindicais, etc.), num quadro de impossibilidade da luta direta para a conquista do poder pelos trabalhadores e “pelo socialismo”¹⁹. Assim, um “governo democrático e popular” não seria ainda “socialista”, mas se articularia com a “negação da ordem capitalista e com a construção do socialismo”, com um programa de transição que realizaria tarefas “antimonopolistas, anti-imperialistas, antilatifundiárias e de democratização radical”. Em suma, o PDP deveria sintetizar tanto a “oposição à Nova República e à transição conservadora quanto apontar no sentido da reorganização socialista” da sociedade. O PT emergiu então como a principal expressão política legal da ala esquerda da democracia assentada numa base social constituída por significativa parte operária e por diversos segmentos das modernas classes médias da esquerda democrática.

Nas eleições presidenciais de 1994, o PDP foi transformado no programa “Bases do Programa de Governo”, cujo subtítulo era “Uma revolução democrática no Brasil”, que acabou dando à formulação “revolução democrática” um peso específico maior do que a de uma “alternativa democrática e popular”, e diluindo as referências à luta pelo socialismo. Após a derrota nas eleições e ao aguçamento das dissensões internas entre as várias correntes abrigadas no partido – das quais não nos interessa falar aqui – acaba predominando o curso à direita do partido, que desemboca no programa oficial da campanha das eleições presidenciais de 2002: a “Carta ao povo brasileiro” (“Um Brasil para todos”), que

¹⁹ Não basta expressar no programa de um partido de base operária que ele luta pela “conquista do poder pelos trabalhadores e pelo socialismo” para que este partido seja considerado um autêntico partido do proletariado, distinto e oposto a todos os demais partidos da sociedade. Para sermos aqui muito breves, basta dizer que a sociedade russa nunca conseguiu fazer a transformação socialista de sua estrutura econômica, apesar de a revolução proletária de 1917 ter sido dirigida por um partido comunista, muito menos ainda a sociedade cubana que jamais apresentou qualquer átomo de socialismo nem mesmo no plano político, pois sua revolução burguesa sequer foi dirigida por um partido proletário. O leitor poderá encontrar argumentos que demonstram a falsa natureza socialista da sociedade russa sustentada pela ideologia estalinista em alguns de nossos textos, em especial *O curso histórico da revolução proletária* (2011 - disponível em nosso site em português) – que será ampliado em uma nova versão a ser publicada em breve.

apaga a expressão “democrática e popular” assim como a de “revolução democrática”. O PT consolida integralmente sua natureza de partido operário burguês²⁰ no interior da esquerda da democracia.

A situação econômica do país deteriora-se no segundo mandato de FHC. Como pode ser observado na Figura 1, o crescimento médio em 1998-1999 foi de 0,1% (crise financeira asiática e moratória da Rússia em 1998) e de 2,7% no período 2000-2002, que abrangeu a crise cíclica de superprodução de 2001 no plano mundial. Um de seus efeitos importantes no país, em especial nas camadas da população com salários mais baixos, foi a grande alta da inflação e da taxa básica de juros para tentar contê-la, elemento decisivo na rejeição de FHC em todo território nacional, favorecendo a vitória de Lula na eleição presidencial de 2002. No entanto, para governar o PT foi obrigado a realizar um “governo de coalizão” com o PMDB e seus partidos aliados. Surfando na onda do crescimento no período de seu primeiro mandato, com o tesouro cheio e, acima de tudo, contando com sua enorme popularidade e habilidade política, Lula pôde participar do gerenciamento dos negócios do capital e do balcão principal dos negócios: o aparelhamento do Estado em todos os níveis pelo PT e seus aliados do governo de coalizão. O montante destinado às negociatas, à corrupção, teve que ser aumentado pelo ingresso em massa dos novos convivas do banquete governamental. Pior ainda, por um bando de neófitos truculentos em termos da preservação das aparências necessárias para manter a corrupção debaixo do tapete como nos governos que o antecederam. Horror, ó, o horror!

A alta taxa de crescimento do PIB no 1º mandato (média de 3,5%) e no segundo (média de 4,6%) fez com que o governo petista pusesse em marcha - além de unificar e ampliar os vários programas de transferência de renda a famílias pobres²¹, e de garantir o aumento real do salário mínimo e dos benefícios previdenciários (mantendo habilmente o “fator previdenciário”), etc. -, projetos faraônicos em todas as frentes: de grandes hidrelétricas e grandes plantas ligadas ao setor do petróleo à construção de grandiosos estádios de futebol para a copa do mundo de 2014 e grandes instalações para as olimpíadas de 2016. O resultado todo mundo já sabe: amplificação da corrupção endêmica por todos os aparelhos do Estado (Petrobrás, estatais do setor de energia elétrica, etc., em conluio especialmente com grandes empreiteiras, expressões máximas da burguesia clientelista). Mas, ao lado da corrupção, esses projetos mostram que, ao pegar o bastão das mãos de um PSDB incapaz de prosseguir na corrida do desenvolvimento das relações de produção capitalistas, o PT ampliou o aparelho do Estado para conduzir as tarefas colocadas pela necessidade deste desenvolvimento. Utilizando-se, sobretudo, da concentração dos recursos fiscais do Estado e do endividamento público, o PT começou a colocar em prática seu programa social-democrata travestido como programa democrático-popular que levou o Brasil a subir na escada das nações que competem no mercado mundial. Este movimento ilustra claramente o poder do papel do Estado na economia. Os partidos políticos no governo têm uma importante força econômica nas mãos. Desse ponto de vista o Estado tende a seguir sua própria lógica. No caso do PT, a utilização desta força permitiu-lhe atingir certo grau de autonomização em relação à burguesia: de laçao de seu mestre burguês o PT pretendeu tornar-se o mestre com uma “incorrigível perversidade” aos olhos da burguesia.

²⁰ A expressão “partido operário burguês” foi cunhada por Engels, aparentemente pela primeira vez na sua carta a Sorge de 14 de setembro de 1891, ao se referir à ala reacionária do proletariado agrupado nas *Trade Unions* inglesas que caminhava respeitosa e na rabeira da burguesia.

“As antigas *Unions*, com os operários têxteis à frente, juntamente com toda a parte reacionária que existe entre os operários, arregimentou todas suas forças para derrubar a resolução sobre as oito horas de 1890. Eles fracassaram, tendo conseguindo garantir não mais que uma insignificante e breve concessão. Isso é crucial. Ainda há muita confusão, mas agora a coisa é irreversível e a imprensa burguesa reconhece completamente a derrota do *partido operário burguês*, reconhece-a com desânimo lastimoso e rangendo os dentes. Particularmente, os liberais escoceses, os mais inteligentes e mais clássicos burgueses do Império, são unânimes nas suas lamentações sobre esse infortúnio e a incorrigível perversidade do operário.”

²¹ Indubitavelmente o primeiro governo do PT aperfeiçoou e generalizou nacionalmente vários programas de transferência de renda herdados do governo de FHC. Recorde-se que dos seis programas contidos no Programa Bolsa Família, cinco foram criados e implantados – sem dúvida com menor alcance - no segundo mandato do governo de FHC. O PT acrescentou o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – Fome Zero.

Mas a criatura Dilma não teve a mesma sorte de seu criador Lula no campo econômico. Ela teve que pagar a conta deixada por ele: crescimento de praticamente zero do PIB em 2014, aumento constante da inflação e, conseqüentemente, da taxa de juros básica e da dívida pública contraída. Finalmente, o “espírito animal” dos capitalistas não se sensibilizou com as desonerações fiscais seletivas, pois mesmo grande parte dos que foram beneficiados preferiram aumentar suas taxas de lucro utilizando ao máximo a capacidade produtiva instalada e obter lucros financeiros com o aumento dos juros provenientes do financiamento da dívida pública. A percepção que se espalhava a olhos vistos, sobretudo, para as modernas classes médias era a de que o Cristo Redentor que decolava do Corcovado na era Lula (segundo o *The Economist*) não era na realidade mais do que um voo... de galinha! A decepção com essa grande instabilidade só se fez aumentar em toda parte.

Todo esse quadro deixa claro que não é, portanto, exato dizer que, na república democrática brasileira, o PT no governo era “a mesma coisa” do que o PSDB, assim como o PSDB não é idêntico ao PMDB. Indubitavelmente, o PT é um partido operário burguês que caminha conscientemente ao lado da burguesia e não pode se liberar totalmente dela, pois sua própria existência depende dela. Ele representa as reivindicações e ilusões reformistas advindas de uma visão aburguesada de esquerda de parte do proletariado, das camadas empobrecidas da população e das classes médias assalariadas, impregnados de um socialismo pequeno-burguês ou burguês no comitê de gestão dos interesses da burguesia em que ele é obrigado a *negociar* sua permanência do poder. De modo mais eficaz do que as limitadas ações do governo do PSDB na era FHC, ele manteve (e ainda mantém, embora numa proporção muito menor) o apoio de parte significativa do proletariado brasileiro - especialmente nos sindicatos ligados à CUT e nos “movimentos sociais” (MST, MTST...) - e das camadas empobrecidas da população, sobretudo as beneficiadas pelos programas sociais. Isso permitiu que a burguesia pudesse “obter o pleno domínio social e político da nação” (Engels), tentando assegurar o equilíbrio da paz social requerido por um “bom” governo burguês. Não se pode negar que, enquanto os cofres do Tesouro estiveram cheios, as negociações ocorreram numa relação de forças que permitia ao PT fazer passar algumas reformas favoráveis ao proletariado como um todo. Essas reformas, que estavam longe de colocar em xeque o modo de produção capitalista, eram também um modo de forçar a burguesia a se adaptar, a racionalizar seu aparelho de produção, a prosseguir na via da produção da mais-valia relativa e de uma maior competitividade no mercado mundial. A contrapartida foi a concessão, em proporção muito maior, das múltiplas reivindicações das frações burguesas representadas no Congresso Nacional.²²

Ao lado de tudo isso, um fenômeno interessante foi a renovação dos quadros de instituições do poder judiciário federal, que veio ocorrendo paulatinamente a partir da geração formada após a Constituição de 1988. Um conjunto significativo do que poderíamos chamar de “republicanos puros”, tecnicamente competentes e com uma visão idealista e moralista da renovação do Estado de Direito no Brasil e do sistema político brasileiro. Na sua miopia frente à república democrática formal, no seu voluntarismo constitucionalista que dirige sua “guerra à corrupção” aos aparelhos do Estado, eles creem que não agem politicamente, mas não veem que na prática seus atos são radicalmente políticos. Com a crise moral e política, eles acabaram se tornando expressões adequadas ao moralismo político das modernas classes médias e à ira de trabalhadores de menores salários, amedrontados com a instabilidade econômica e política que canalizam sua revolta contra a “corja corrupta” do PT no poder, contra a corrupção “dos políticos” e, recentemente, contra qualquer expressão política de esquerda que acabou sendo identificada ao PT. O agora famoso juiz Sérgio Moro, o Eliot Ness brasileiro dos Intocáveis grupos de procuradores e policiais federais, e sua “Operação Lava Jato”, é a expressão mais notável desse fenômeno. Suas ações

²² O partido operário burguês está sentindo na pele o que é viver grudado na cauda da burguesia. Por exemplo, os capitalistas industriais com poderosos lobbies no governo que foram favorecidos pelas políticas seletivas de desoneração fiscal, as quais multiplicaram a dívida pública e desarticularam o balanço fiscal; que encheram as burras do sistema financeiro e se beneficiaram com isto, apesar de gritarem contra os juros altos; que gritaram pela desvalorização cambial para aumentar o protecionismo da indústria, sem em contrapartida investir no aumento da produtividade do trabalho; são eles mesmos que agora sacodem vigorosamente a cauda para jogar o PT para longe, não querendo pagar a conta de tudo isso que os beneficiou. Pois é, quem irá pagar é o proletariado.

espetaculares para prender e desalojar os principais responsáveis pelo financiamento corrupto do sistema partidário atual, tanto as grandes empreiteiras cúmplices do governo como os agentes corruptos dos partidos do “governo de coalizão” incrustados nos grandes e lucrativos organismos do Estado, têm como consequência prática o sufoco financeiro do PT e de seus organismos aliados como MST, MTST, ONGs “de esquerda” e outros. A operação Lava Jato é, portanto ao mesmo tempo, um instrumento conveniente de “limpeza” da parte do aparelho do Estado nas mãos do PT e uma ameaça potencial aos políticos da maioria dos demais partidos que precisa ser mitigada com habilidade, pois ela “aumenta a instabilidade política” e contribui para “piorar o quadro econômico” enfraquecendo drasticamente a representação política na República que eles pensam estar fortalecendo. Tanto melhor!

No entanto, a corrupção encabeçada pelo PT tinha um fundo ideológico: o financiamento do partido para a manutenção de seu projeto de ampliação de poder no Estado como partido operário burguês, visando assumir *no longo prazo* a gerência geral dos negócios comuns da burguesia, fazendo passar gradualmente reformas sociais populistas e ampliando a máquina ideológica do partido nos poros da chamada “sociedade civil”. Com Lula, esse projeto foi sendo pacientemente negociado com habilidade política, compra de apoios no Congresso Nacional e, sobretudo, com uma estratégia na distribuição de cargos nos aparelhos de Estado. Mas Dilma não é Lula. Dilma Rousseff, a presidente petista da República, encarna de forma bruta, não lapidada, de modo atabalhoado e arrogante, a síntese desse projeto de poder, que não hesitou em lançar mão de instrumentos de política econômica liberal de ajuste fiscal para violar direitos dos trabalhadores assalariados, acreditando piamente que eles constituem o meio necessário para atingir os fins deste projeto. Eduardo Cunha, o presidente pemedebista da Câmara dos Deputados, o maestro da orquestra do impeachment, encarna com a mesma brutalidade, a mesma arrogância, longamente lapidada nos subterrâneos corrompidos das casas legislativas estaduais e federal, de modo preciso e arrogante, a síntese da canalhice e da corrupção do sistema partidário brasileiro, que não hesitou em lançar mão de todos os expedientes para opor-se sistematicamente a todo o projeto do governo, mesmo os da política econômica liberal tão cara a ele, e utilizou cínica e descaradamente de todos os meios para destruir o projeto do PT. Dilma personifica clara e rudemente as ilusões e os limites de um partido operário burguês no governo, e, quando impelida a mostrar claramente a realidade do PT como vassalo da burguesia, viu-se abandonada até as vésperas do processo de impeachment pelo próprio partido que não suportava tal visão. Cunha personifica ferozmente a realidade e o poder da burguesia tradicional, clientelista e corrompida no governo, e quando impelido a mostrar a dimensão desta realidade aos seus representados viu-se salvaguardado por eles que ainda o louvam como um mal necessário, mas que tem de ser sacrificado um dia com uma bela compensação. A queda de um implica a queda do outro.

De todo modo, a união das frações da burguesia em torno do impeachment conduzido eficaz e cirurgicamente por Cunha NÃO É a união sagrada da burguesia como classe contra o proletariado, mas a coligação de suas forças políticas, em que predomina a escória do pútrido sistema político brasileiro, para defenestrar um partido que já lhes foi útil, mas que acabou colocando em alto risco o andamento de um “bom” governo burguês.

E agora, José?

Do lado burguês...

Os acontecimentos mais notáveis que alimentaram a fogueira do processo de impeachment foram as gigantescas manifestações contra o governo - destacando-se a última delas em 13/03/2016 - em que predominou a histeria das classes médias superiores e a aristocracia do trabalho.²³ Essas manifestações

²³ Na gigantesca manifestação desta data a favor do impeachment na Avenida Paulista, a pesquisa conduzida pelo Instituto Datafolha apresentou as seguintes estimativas que justificariam o argumento de que a manifestação continuou sendo “elitizada” como as anteriores: 26% com renda familiar de 5 a 10 salários mínimos (sm), 24% de 10 a 20 sm e 19% acima de

legitimaram a votação do impeachment na Câmara dos Deputados (17/04/2016), assim como abafaram as reverberações da revolta social espontânea das jornadas de junho de 2013. Em nenhuma delas, por exemplo, houve sequer “indignação” contra o aumento do desemprego ou da inflação. Embora participando em muito menor número nessas manifestações, está outra fonte de descontentamento: o proletariado e as classes médias assalariadas precarizadas, que têm seus salários corroídos pela inflação e, pior ainda, que estão sendo atingidos ou ameaçados pelo desemprego que cresce aceleradamente²⁴. Do outro lado, se as manifestações promovidas em nível nacional no 18/03/2016 pelo PT e seus aliados (partidos da esquerda, CUT e sindicatos aliados, “movimentos sociais” que se beneficiam de transferências de renda feitas pelo governo desde a época de Lula), e contando com a presença do próprio Lula, não tiveram a mesma amplitude das realizadas no dia 13 de março. No entanto, elas foram bastante expressivas e mostraram o poder de mobilização destes organismos que têm potencial para provocar situações de conflito social no caso de o PT – Lula – e os dirigentes destes “movimentos sociais” perderem o controle da situação.²⁵

Para a burguesia, a renúncia de Dilma teria sido a alternativa de menor custo para a implantação de um governo de “união nacional” com o vice-presidente Temer – o presidente do PMDB - como chefe do governo, não apenas sem os traumas políticos provocados pelo longo processo de impeachment, mas principalmente sem as ávidas cobranças das faturas da pleora de partidos que decidiram pelo prosseguimento do processo de impeachment na Câmara dos Deputados e no Senado. De todo modo, o mais importante para a burguesia é chegar o mais rapidamente possível a uma solução para esse imbróglio que pode perturbar os seus negócios. Como a anulação do impeachment ao final do processo no Senado é uma hipótese muito pouco provável, restam duas alternativas mais presumíveis no momento em que escrevemos: Dilma é formalmente impedida, com Temer mantendo-se à frente de um governo de “salvação nacional”, de um “governo de transição” até as eleições presidenciais de 2018, ou a chapa Dilma-Temer é cassada pelo processo em curso de crime eleitoral baseado nas investigações da

20 sm, quando a média municipal é de 23% para a faixa de 5-20 sm. Além disso, 77% declararam-se com escolaridade de nível superior, quando a média municipal é de 28%.

²⁴ A pesquisa do Datafolha de 9/04/2016 estimou que o governo Dilma é considerado ótimo/bom por 13% da população, regular por 24% e ruim/péssimo por 63%, sendo que 61% são favoráveis ao impeachment e 33% são contra o impeachment, os demais são indiferentes ou não sabem. E pensar que no primeiro ano de seu mandato Dilma chegou a ter o apoio da maioria da população: 79% de aprovação pessoal, sendo que 63% aprovavam o governo. Não se pode dizer que o proletariado e as classes médias precarizadas não estivessem representadas nas amostras das pesquisas.

Uma visão jornalística bastante interessante desse fato está retratada numa reportagem feita pela sucursal brasileira do El País espanhol em vários bairros da periferia de São Paulo, enquanto ocorria a megamanifestação de 13/03/2016 na Avenida Paulista a favor do impeachment. Todos os depoimentos expressaram claramente sua grande insatisfação com o governo, com a maioria apoiando o impeachment.

Um dado interessante é a participação de jovens nos atos contra e a favor do impeachment também realizada pelo Instituto Datafolha, comparando-a com uma das grandes manifestações de junho de 2013. Nesta última, a idade média dos participantes foi de 27,1 anos, sendo 23% de 12 a 20 anos. Nas maiores manifestações favoráveis ao impeachment, a idade média foi de: 39,6 anos (6% de 12 a 20 anos) em 15/03/2015; 45,2 anos (5% de 12 a 20 anos) em 12/04/2015; 45,2 anos (5% de 12 a 20 anos) em 16/08/2015; e 45,5 anos (4% de 12 a 20 anos) nesta última de 13/03/2016. Nas maiores manifestações contra o impeachment, a idade média foi de: 42,7 anos (5% de 12 a 20 anos) em 20/08/2015; de 43,4 anos (5% de 12 a 20 anos) em 16/12/2015; e 38,9 anos (9% de 12 a 20 anos) nesta última de 18/03/2016. A conclusão mais imediata é que a parcela mais jovem pouco vai às manifestações de rua a favor ou contra o impeachment, mesmo com as maciças convocações a favor do impeachment, organizadas através das redes sociais, pelos líderes (todos jovens) da “nova direita” liberal (Movimento Brasil Livre, Vem prá Rua...), bem ao contrário das grandes manifestações espontâneas também convocadas pelas redes sociais de junho de 2013. Declaração de um não participante de classe média que repudia a ideia de que os jovens estariam mais despolitizados: “Essas manifestações não são as nossas bandeiras. Não me representam.” As entrevistas conduzidas com jovens não participantes mostraram que a maioria dos jovens rejeita o sistema político tradicional, seja de esquerda ou de direita, seu único parâmetro de avaliação política.

²⁵ Foi interessante observar que o carismático e bem preparado líder do MTST, Guilherme Boulos, durante a manifestação de 24/03/2016 que reuniu milhares de militantes da Frente Povo Sem Medo (MTST, Intersindical ligada ao PSOL e outros) nas ruas de São Paulo em protesto contra o pedido de impeachment de Dilma, recuou de seu pronunciamento bombástico na entrevista coletiva de 22/03 em que prometia “incendiar o país” adotando um discurso mais moderado diante da massa presente: “Nós não queremos incendiar o país, mas também não temos sangue de barata. O golpe que eles querem dar vai deixar cicatrizes. Estamos aqui para dizer que vai ter resistência.”

Operação Lava Jato. Neste texto comentaremos a alternativa da consumação do impeachment. Caso vingue a alternativa pouco provável de convocação de nova eleição presidencial (direta ou indireta, dependendo da data do término do processo) como resultado da cassação da chapa, ou de outras circunstâncias políticas que possam surgir, ela será analisada em um suplemento deste texto.

Os desafios de um governo Temer - um político profissional ao contrário de Dilma, uma amadora na política - para estabelecer um “bom” governo burguês são gigantescos, tanto no campo econômico como no campo político e social, especialmente porque será um governo tampão, não eleito para a ocasião e em virtude de Temer não ter apoio popular (vice-presidente do governo do PT, presidente do PMDB e sem expressão política nacional significativa). Não interessa aqui comentar as diversas versões dos programas econômicos sugeridos ou lançados como balões de ensaio, considerando tanto a questão interna como a internacional. No campo político, que influi consideravelmente nas decisões da política econômica, além da já aludida e indesejável cobrança das altas faturas do apoio ao impeachment que restringe o espaço de manobra para diminuir o peso da máquina do Estado, os partidos estão de olho não só nas eleições municipais gerais deste ano como, principalmente, nas eleições presidenciais de 2018. Como então apoiar a implantação de medidas econômicas amargas?²⁶ Assim, em um governo de “salvação nacional”, o PSDB não dará apoio irrestrito ao PMDB, embora possa participar de seu governo em nome dos “interesses da nação”, nem tampouco se aproximará do PT e de seus aliados de esquerda passados a uma ferrenha oposição parlamentar.

Para o novo governo, o problema crucial é o de obter apoio de parcela significativa do proletariado e das camadas precarizadas e empobrecidas da população economicamente ativa. Os aparatos da CUT e dos “movimentos sociais” de esquerda prometem não dar trégua. Resta ver se os aparatos sindicais pelegos da direita aceitarão os acordos que serão propostos pelo novo governo e a burocracia sindical, Força Sindical à frente, assim como frações moderadas e corporativas dos “movimentos sociais”, em especial certa parte do MST. Em caso afirmativo, como eles conseguirão manter o enquadramento de sua base social atingida pela crise e pelas consequências das duras medidas de “ajuste econômico” que virão: reforma da previdência (aumento da idade de aposentadoria, desvinculação dos benefícios do salário mínimo...), aumento de impostos (apesar de serem negados publicamente), regulamentações dos programas sociais, etc.? Por fim, e não menos importante, como o novo governo irá enquadrar o potencial de revolta represada da enorme população desempregada que tende a continuar crescendo em meio a tudo isso, sobretudo a dos jovens desiludidos ou desempregados cuja ira irrompeu de modo vigoroso em junho de 2013?

É curioso notar que próceres ideólogos da velha guarda do PSDB alimentam a esperança de que este partido venha a superar suas profundas divisões internas e volte às suas origens de centro-esquerda, ocupando “o espaço que o PT está deixando em aberto”.²⁷ Mas, mesmo que superem suas divergências de cunho estritamente eleitoral, como o partido conciliará essa posição com a pretensão de também representar na próxima eleição presidencial tanto a “nova direita” liberal surgida e alimentada nas manifestações a favor do impeachment, como a multidão das classes médias modernas que apoiam cega e entusiasticamente estas manifestações, mas que desconfiam do PSDB porque não o consideraram suficientemente radical na sua oposição à “corja esquerdista e corrupta que se apossou do país”, ao “parasitismo” dos beneficiários dos programas sociais, como ao Bolsa Família, etc.? Essa avaliação dos

²⁶ Também está no páreo com boas chances numa eleição presidencial o recém-nascido partido da Rede de Sustentabilidade de Marina Silva (3ª colocada nas eleições de 2014 então pelo PSB), cujas personagens mais influentes são oriundas do PT (não se deve esquecer que Marina foi senadora pelo PT e Ministra do Meio Ambiente no primeiro governo Lula). Esse partido ancora-se numa imagem de “postura ética” e conta com uma equipe de economistas e outros profissionais da esquerda burguesa, tingidos por um socialismo pequeno-burguês moderno, que tentam regenerar a social-democracia: representação de um “novo sujeito político”, políticas de sustentabilidade, modelos híbridos de “democracia direta” inspirados do Podemos espanhol, etc. Mas ele não tem a confiança das principais frações da burguesia, pois não têm histórico na gerência dos negócios no Estado.

²⁷ Ver o texto de Sérgio Fausto de 2/08/2015 no caderno Ilustríssima da Folha de São Paulo.

guardiões da classe burguesa verbaliza a apreciação de grande parte desta classe, que aposta a maioria de suas fichas na banca do PMDB e dos demais partidos mais importantes dele aliados. Desse modo, a já emblemática “crise de identidade” do PSDB poderá se aprofundar num novo governo de “união nacional”, no qual ele se imagina contribuindo de modo “independente e responsável” na sua participação sob reservas no governo. De um lado, ele deve cobrar do PMDB, com vistas eleitorais, a “responsabilidade fiscal” e certa modernização da máquina do Estado de acordo com sua visão do capitalismo. De outro, sob pena de ser escorraçado pela “nova direita” e as classes médias modernas, ele conta com a manutenção “possível” de alguns mecanismos de proteção social e a defesa dos mecanismos democráticos que deverão ser sustentados com mais determinação pela oposição parlamentar petista. Os ideólogos da velha guarda que imaginam o PSDB como âncora do fortalecimento “civilizado” das representações políticas da burguesia poderão ficar frustrados se a situação econômica não melhorar! Será então importante observar os movimentos desses partidos que poderão enfraquecer ainda mais a gerência dos negócios da burguesia, ou ao contrário fortalecê-la.

Em resumo, o novo governo, após a aplicação de duras e impopulares “reformas necessárias” que será obrigado a fazer para “ganhar credibilidade” junto à burguesia, terá grandes dificuldades para encontrar uma saída no médio prazo capaz de ganhar o apoio de parte do proletariado e, ao mesmo tempo, conservar o apoio das classes médias modernas que lhes darão um voto de confiança somente no primeiro momento. Se for bem sucedido, o novo governo terá alguma chance de manter temporária e democraticamente a paz social; no caso contrário, a ira acumulada tem potencial para agudizar a luta das classes. De todo modo, no plano interno do controle da paz social, conseguindo legitimidade junto à classe burguesa e aos seus guardiões da moderna classe média, o novo governo poderá dispor das forças armadas para agir legal e constitucionalmente no caso de revoltas sociais e políticas. Ele poderá alegar razões de Estado e propor ao Congresso Nacional que vote o Estado de Defesa, ou mesmo invocar a lei antiterrorismo de 16/03/2016²⁸.

Armadilhas para o proletariado

O proletariado no Brasil caminha então num campo cheio de armadilhas perigosas. A primeira delas foi armada logo no início do processo de impeachment: o chamamento à defesa do governo do PT diante de um “golpe contra a democracia”, que estaria sendo desferido pelos partidários do impeachment ao som do grito de guerra de “não vai ter golpe!”. Não importa julgar aqui o mérito desse processo realizado estritamente segundo o rito constitucional, que foi aprovado de modo contundente por uma Câmara dos Deputados que escancarou para toda a população num espetáculo circense de quinta categoria sua verdadeira face pútrida, atrasada, paroquial, deixando a forte impressão de que seus membros são em muitos aspectos bem piores do que Dilma. Importa dizer que esse pérfido grito de guerra constitui uma desmobilização ideológica do proletariado, pois o conduz à armadilha da “frente única para a defesa da democracia”, sob o comando do PT e de seus aliados políticos, sindicais e dos “movimentos sociais”. Ora, a República Federativa do Brasil, de regime democrático-presidencialista, possui os elementos básicos da democracia política: liberdades civis – de imprensa, de reunião, de

²⁸ Numa entrevista concedida em 27/09/2015 ao influente jornal da capital federal, o Correio Braziliense, o Comandante do Exército classificou como fora de qualquer propósito objetivo as reivindicações de grupelhos da extrema-direita que clamaram pela intervenção militar nas manifestações a favor do impeachment. Na longa entrevista, o comandante argumenta que hoje, ao contrário de 1964, não se está mais no contexto da guerra fria que justificou a intervenção militar naquela época. À pergunta sobre a existência de preocupação do exército com respeito à crise econômica e política, ele respondeu que “há uma atenção do Exército. Eu me pergunto: o que o Exército vai fazer? O Exército vai cumprir o que a Constituição estabelece. Não cabe a nós sermos protagonistas neste processo. Hoje o Brasil tem instituições muito bem estruturadas, sólidas, funcionando perfeitamente, cumprindo suas tarefas, que dispensam a sociedade de ser tutelada. Não cabem atalhos no caminho. (...) o que nos baliza é o que está na Constituição. Não há a menor hipótese de os militares virem a tomar o poder novamente.” À pergunta de quem deveria tomar a frente de um projeto para país, ele respondeu que “precisamos de alguma coisa que galvanize. Precisamos de uma liderança. Alguém com um discurso que não tenha um caráter messiânico - e é até um perigo nessas circunstâncias. Já tivemos isso há um tempo e sabemos bem o que é isso. Mas é essencial. Alguém que as pessoas identifiquem como uma referência capaz de apontar. Falta-nos liderança, e nos falta algum projeto.”

manifestação, de associação -, sufrágio universal e funcionamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo segundo a constituição. No período atual, todos eles estão em plena vigência e não estão ameaçados. O chamamento por detrás dessa cortina de fumaça é para sustentar o projeto político do partido operário burguês, dando-lhe uma nova chance para retomar, após sua experiência no poder do Estado, seu programa de 2002.

Essa frente não deverá extinguir-se com a consumação do impeachment. Ao contrário, na oposição o PT provavelmente deverá expandi-la com uma guinada à esquerda, rumo a uma “refundação do partido”, através de greves contra as medidas liberais do novo governo “golpista” deflagradas pela CUT e seus aliados sindicais, de manifestações ruidosas dos “movimentos sociais” aliados, etc. Fora do governo, com a asfixia financeira resultante da evacuação do PT do aparelho de Estado, o partido poderá dispor de uma militância mais autêntica, assim como o MST, MTST, etc. É provável que o início dessa guinada se dê pela retomada de uma nova versão do programa de 2002 (a “Carta ao povo brasileiro”), fruto de uma revisão crítica da experiência adquirida no poder. Essa nova versão do programa, a segunda armadilha para o proletariado, que reconheceria os “erros estratégicos” do partido e condenaria as práticas de corrupção cometidas, poderia fornecer uma plataforma mais atrativa para ampliar e consolidar uma militância em parte da massa de trabalhadores afetados duramente pela situação econômica, buscando recuperar sua base eleitoral para as eleições presidenciais de 2018 (não se esquecer de que, apesar de tudo, Lula ainda detém uma reserva eleitoral importante). Nessa frente única, o PT, como antes, continuaria sendo um partido operário burguês - após sua experiência no poder, cada vez mais burguês e cada vez menos operário - que acompanha as evoluções do modo de produção capitalista mesmo se elas desagradam às frações mais atrasadas da burguesia, atuando como ala esquerda da democracia de modo muitas vezes conflituoso, para limitar o potencial explosivo daquela massa perigosa, enquadrando as energias delas na estreiteza de um programa socialista burguês com fins eleitorais.

Outra armadilha é construída por componentes de distintas colorações políticas, formados por partidos ou agrupamentos políticos que se situam no espectro mais à esquerda do PT, que condenam sua trajetória política e seu projeto de governo. Para eles, mesmo passado à oposição, o PT continuaria vivendo de alianças com a burguesia e colocando barreiras no “caminho para o socialismo”. Por ora, não cabe aqui uma análise desses componentes, bastando dizer que eles propõem essencialmente a formação de frentes que vão desde “frentes progressistas” a “frentes revolucionárias”, conforme o grau de radicalidade das ideologias fundamentalmente reformistas que orientam seus programas. De todos os modos, salta aos olhos os limites estreitos de suas “lutas comuns”: todos eles enquadram e delimitam a expressão política do proletariado no objetivo da ampliação da democracia como um fim em si, mesmo que travestida como “democracia socialista”, e, acima de tudo, circunscrita às fronteiras nacionais. Seus programas expressam, portanto, variantes mais ou menos radicais da ideologia do “socialismo em um só país” impregnada de um socialismo pequeno-burguês ou burguês, mesmo que aludem aqui e acolá a vagas menções à “solidariedade internacional da classe trabalhadora”.

Isso implica que o proletariado no Brasil não deva caminhar nesse terreno, evitando desarmar as armadilhas para se preservar? E que também para se preservar deva ficar indiferente às evoluções das expressões políticas da burguesia, assim como dos movimentos desses agrupamentos da esquerda, incluindo o PT? Decerto que não!

Do lado do proletariado...

Desde a derrota das grandes lutas proletárias dos anos 1920 não existe partido comunista, revolucionário e internacional, estando o proletariado desprovido de sua verdadeira organização de classe e, conseqüentemente, não podendo agir como sujeito autônomo, politicamente independente e contra todos os demais partidos da sociedade. Mas, esse mais longo período de contrarrevolução da história não é um todo indiferenciado, sem história, pois o capital continuou avançando em um processo de

recomposição permanente através de duas guerras mundiais, crises catastróficas e de retomadas da acumulação, tanto no plano econômico como no plano geopolítico e político. Nesse período sombrio e em todos os lugares, o proletariado tem sido mobilizado, no máximo, como ala extrema-esquerda da democracia, não conseguindo forjar seu órgão político independente no interior das lutas das classes. Entretanto, uma das lições da história é que nunca uma revolução proletária surgiu do nada, de condições materiais, políticas e sociais que não fossem *inicialmente* aradas, cultivadas, por reivindicações democráticas que mobilizam grandes massas proletárias e populares. Mas, ao contrário dos partidos reformistas pequeno-burgueses, a “conquista da democracia” pelo proletariado não é um fim em si, não é o ponto final de suas reivindicações, mas a conquista do campo de batalha para seu enfrentamento final, definitivo, com a burguesia. Somente nesse sentido é que o proletariado deve defender as reivindicações democráticas, levando-as *consciente e permanentemente* a seu paroxismo para *superá-la, negando-a*. Este é o sentido de sua política em relação à democracia.

Não estamos aqui posando como uma esfinge que oferece ao proletariado brasileiro “a solução” para resolver os enigmas das ações táticas, nem tampouco como guias iluminados e arrogantes que os “ensine” a desarmar as armadilhas mencionadas. Nosso objetivo é tão somente o de analisar certos fenômenos econômicos, políticos e sociais, surgidos recentemente no Brasil para contribuir no mapeamento do terreno no qual se move e provavelmente se moverá o proletariado brasileiro num futuro próximo.

O que as frações da burguesia e suas representações políticas serão constrangidas a fazer como consequência da evolução da base econômica do país, da luta das classes e de seus cálculos eleitorais?

Tais ações forçadas têm a possibilidade de enfraquecer a dominação burguesa, ao invés de fortalecê-la, permitindo que o proletariado encontre seu próprio espaço político. Por exemplo, radicalizando pressões e mobilizações reivindicatórias da democracia social para o proletariado que desestabilizem a administração fiscal do Estado, tais como a universalização efetiva de um atendimento digno e gratuito da saúde, a reestruturação radical e universalização obrigatória do ensino público de qualidade desde a mais tenra idade, dentre outras várias ações que levem à democratização cada vez mais ampla da vida social e política para obter um terreno de ação mais vasto.

O proletariado encontra-se cortejado por agrupamentos políticos em ação que veem na conquista “plena” da democracia formal - por exemplo, por uma reforma política ampla e democrática - e do aparelho de Estado para promover reformas graduais, um modo de liberar o proletariado. Ora, a democracia é uma hipocrisia, pois postula a igualdade política dos cidadãos, enquanto que a divisão em classes sociais, a exploração do trabalho pelo capital, do proletariado pela burguesia impõem uma desigualdade irreduzível. Uma coisa é defender a democracia como um fim em si, que implica a preservação da propriedade privada; outra coisa é levá-la resoluto e permanentemente até o fim, que implica a negação da propriedade privada. Assim, o proletariado *não deve* fazer aliança formal com os agrupamentos que conclamam uma “frente única” do proletariado e das “camadas populares” mesmo com contornos “radicais”, mas deve lutar *ao lado deles* para forçá-los a irem até o fim nas reivindicações democráticas que preparem o terreno para ações mais amplas, e *contra eles*, denunciando seus esmorecimentos, suas manobras diversionistas para abafar as lutas e seus programas. A política do proletariado para a democracia está ancorada no fato de que quanto mais adiante ela for levada, mais clara se torna a relação entre o proletariado e o capital. Relembrando Marx e Engels: a República Democrática é o último terreno de luta entre o proletariado e a burguesia.

Pouquíssimas organizações, como, por exemplo, a *Intersindical Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora*²⁹, têm mantido, há bastante tempo, uma posição contra o PT, contra a CUT e seus aliados, contra o MST, MTST e consortes – denunciando-os todos como subservientes aos interesses da burguesia –, e contra as alianças oportunistas no campo da esquerda, concentrando todas as suas ações

²⁹ www.intersindical.org.br

nos locais de trabalho, moradia e estudo. Mais recentemente, posicionaram-se contra os defensores de que há um “golpe contra a democracia” em curso e também contra as organizações que defendem a formação das frentes já citadas, incluindo as que têm um discurso aparentemente mais radical, mas mostrando, por outro lado, sua disposição de agir em conjunto com as organizações que estiverem dispostas a focalizar a ação na base dos trabalhadores. Na busca de uma crítica coerente e aprofundada ao programa do PT, considerado por eles como o partido que antes de ser governo representou a “classe trabalhadora” brasileira, tais organizações poderiam tomar como ponto de partida desta crítica o programa de 1987 (PDP), que, como foi visto anteriormente, representou a expressão institucional mais à esquerda do partido e serviu de base para a campanha presidencial de Lula em 1989. Encontram-se claramente neste programa, de um lado, os limites de um partido operário burguês portador de um socialismo pequeno-burguês ou burguês (situado, é verdade, na ala esquerda da democracia), e de uma concepção da democracia que está muito aquém da política do proletariado para a democracia. Além disso, este programa repousa numa visão estritamente nacionalista do partido. Ora, a luta da classe proletária é internacional. O *internacionalismo* é um traço distintivo que separa uma expressão política autêntica do proletariado de todos os partidos burgueses e operário burgueses, assim como de todos os chauvinismos que possam influenciar as lutas proletárias cujo ponto de partida seja o terreno nacional. Se for direcionada pela autêntica teoria marxista, essa trajetória crítica fará com que essas organizações tenham um papel crucial no desenvolvimento político do proletariado ao intervirem radicalmente no próprio terreno de ação dos demais agrupamentos da esquerda partidários das diversas “frentes”, denunciando as armadilhas armadas e colocando em prática nas suas ações a política do proletariado em relação à democracia.

Em suma, na ausência de seu partido de classe e, portanto, na ausência de uma ação revolucionária real, o proletariado pode e deve apoiar as reivindicações democráticas mais consequentes de um partido pequeno burguês ou de um partido operário burguês, radicalizando-os e forçando-os a seguir o sentido de uma ampliação da democracia e de uma dinâmica política e social que possam preparar o terreno para a revolução que se fará, *quando chegar a hora, contra* a democracia. O essencial é que o proletariado deve se preparar paciente e coerentemente para constituir um autêntico *partido operário*³⁰ através dessas lutas concretas. Esse partido e seu programa não são - como quer a visão romântica e idealista da “revolução pura” - um *deus ex machina*. Marx e Engels defenderam ao longo de suas vidas os pontos fundamentais que definem e delimitam o partido operário de todos os demais partidos. Um futuro partido operário deverá:

- Reivindicar claramente o programa proletário para o qual o modo de produção capitalista não pode ser flexibilizado nem reformado, mas deve ser totalmente destruído.
- Anunciar que sua existência corresponde à constituição do proletariado em classe consciente, ator de seu próprio devir histórico e que estará à frente da revolução social.
- Conquistar o poder político do Estado e abolir o Estado burguês criando um semi-estado na forma da ditadura do proletariado, semi-estado que será extinto.
- Afirmar claramente o objetivo comunista, isto é, a abolição da propriedade privada, do salariado e da economia mercantil, a fim de estabelecer uma sociedade sem classes sociais.
- Ser o garante de um internacionalismo intransigente, tanto no plano da organização como no plano do apoio a todos os movimentos proletários que se desenvolvem no mundo.

Robin Goodfellow, maio-junho de 2016

³⁰ O substantivo “operário”, mantido aqui pela tradição, não deve ser entendido como exclusivo da fração industrial – no sentido clássico – do proletariado ou de uma categoria socioprofissional como quer a sociologia burguesa, mas sim como sinônimo de “proletário”, membro da única classe produtiva no modo de produção capitalista, isto é, a única que produz mais-valia. Um resumo dessa distinção crucial pode ser encontrado na nossa já citada publicação *O marxismo em resumo...*